



## Interpelação Escrita

Como o Governo da RAEM implementou a escolaridade gratuita de 15 anos e financia a frequência universitária, o nível das habilitações literárias da nova geração aumentou já significativamente. O Governo devia criar regimes de credenciação dos diversos sectores e melhorar os existentes, no sentido de apoiar a ascensão profissional da nova geração detentora de habilitações académicas mais elevadas. No entanto, segundo referem alguns residentes atentos ao desenvolvimento profissional, não se registaram quaisquer avanços recentes na acção governativa com vista à criação regimes de credenciação dos diversos sectores e ao aperfeiçoamento dos existentes. Ao longo dos anos, realizaram-se várias consultas e estudos sobre o Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais, incluindo o estudo sobre a criação de um regime de eleição directa, no entanto, o relatório das LAG deste ano só refere, de forma muito breve, a continuidade do respectivo acompanhamento, até ao momento, aquele regime ainda não foi estabelecido. A Lei n.º1/2015 sobre o Regime de qualificações nos domínios da construção urbana e do urbanismo entrou em vigor há quase dois anos, e tem de ser revista em Julho deste ano nos termos da lei, contudo, ainda não se viu qualquer consulta pública sobre a sua revisão.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Alguns jovens que estão atentos ao Regime de qualificações nos domínios da construção urbana e do urbanismo esperam que o Governo cumpra a lei e dê prioridade à revisão do regime (opiniões apresentadas em anexo). O Conselho de Arquitectura, Engenharia e Urbanismo, criado de acordo com a Lei n.º1/2015, já realizou reuniões oficiais e trabalhos de consulta para



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

acompanhar a revisão e o aperfeiçoamento da lei? Existem algumas propostas preliminares para a revisão da lei? A revisão da lei e a respectiva consulta pública vão avançar já, nos termos da lei?

2. Ao longo dos anos, realizaram-se várias consultas e estudos sobre o Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais. O Governo afirma, na resposta datada de 13 de Fevereiro de 2015 a uma interpelação escrita minha, que é possível realizar uma discussão mais aprofundada sobre a proposta da participação de representantes eleitos por sufrágio directo na Comissão da Qualificação Profissional para os Assistentes Sociais. Então, o Governo tem de ser determinado e implementar, ainda este ano, o Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais e criar a Comissão da Qualificação Profissional para os Assistentes Sociais, com participação de representantes eleitos por sufrágio directo. Vai fazê-lo?
3. Que avanços concretos é que o Governo conseguiu este ano no âmbito da criação dos regimes de credenciação dos diversos sectores e na melhoria dos já existentes?

3 de Julho de 2017

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Ng Kuok Cheong**